

# Currículos verdes para um futuro habitável



» **ÁLVARO MADEIRA NETO**  
Médico sanitaria,  
mestre e doutorando em  
administração pela  
Eaespp/FGV

» **PROF. MS. JAIME ROMERO**  
Reitor e professor do Centro  
Universitário Dr. Leão  
Sampaio (Unileão)

valores que orientam a formação.

Como destaca a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a sustentabilidade na universidade deve ir além de simplesmente “pintar o câmpus de verde”. Essa mudança precisa desencadear transformações na educação e na aprendizagem, alterar mentalidades e comportamentos em toda a instituição. A ideia de que podemos graduar médicos, engenheiros, educadores ou gestores ignorando o fator climático é ilusória e perigosa. Se nas próximas décadas o aquecimento global vai remodelar virtualmente todos os setores, da saúde à economia, toda formação profissional precisa incorporar essa realidade. Formar um médico hoje sem discutir doenças tropicais emergentes, ondas de calor e outros impactos do clima é produzir um profissional despreparado para seu tempo.

A Unesco revelou que apenas cerca de 53% dos currículos do mundo mencionam a mudança climática, um hiato educacional diante da gravidade da crise. Diante disso, Unesco e ONU pregam integrar urgentemente a educação climática em todos os níveis de ensino, ecoando que não há solução para a crise do clima sem ensino e consciência universais sobre o tema. O setor da saúde promove o conceito de “saúde planetária” na educação médica, enfatizando que os profissionais do futuro devem estar aptos a atuar em um mundo sob mudança climática.

Na Europa, 25 escolas médicas lançaram uma rede para incluir a crise do clima na formação de novos médicos. Nos Estados Unidos, a Universidade da Califórnia em San Diego passou a exigir que todos os graduandos cursassem ao menos uma disciplina sobre o tema para se

formarem. Na Ásia, a Siam University, na Tailândia, tornou obrigatória a disciplina de sustentabilidade para os estudantes, independentemente da carreira.

E o Brasil? Ainda são poucas as universidades fora dos grandes centros que conseguiram integrar de forma efetiva a agenda climática aos seus currículos. A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), alinhou seus cursos à Agenda 2030 da ONU, incorporando sustentabilidade e cidadania global às disciplinas; a Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, é pioneira em gestão ambiental, e a Universidade São Paulo (USP), figura entre as 10 universidades mais sustentáveis do mundo no ranking UI GreenMetric. Embora ainda isoladas, essas experiências mostram que a transformação curricular pela sustentabilidade é viável, apontando um caminho para o futuro da educação superior brasileira.

Incorporar nos cursos de medicina, engenharia, agronomia, pedagogia ou administração os desafios impostos pelo clima formará lideranças capazes de articular soluções globais a partir de saberes regionais, preparando profissionais tecnicamente competentes e comprometidos com a sustentabilidade de suas comunidades.

Liderar o futuro climático com conhecimento, ética e compromisso com a vida significa repensar prioridades acadêmicas. Adaptação e mitigação climática devem estar no centro dos projetos pedagógicos, dos currículos e da extensão. Trata-se de promover uma mudança de cultura e propósito no ensino. Se a educação superior é um pacto com o futuro, é válido que esse pacto incorpore a maior questão do nosso tempo.

Você confiaria em um médico ou engenheiro cuja formação ignora as mudanças climáticas? Isso será a realidade se nossas universidades não mudarem agora. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já classifica a mudança do clima como o maior risco à saúde pública do século 21. Organismos internacionais, segundo o Relatório de Riscos Globais 2024 do Fórum Econômico Mundial e o Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do IPCC da Organização das Nações Unidas (ONU), alertam que o aquecimento global está entre as maiores ameaças à estabilidade econômica mundial, sendo um fator de desestabilização social, agravando pobreza, deslocamentos e conflitos regionais.

Diante desse cenário, qual o papel do ensino superior? Muitas universidades adotam medidas “verdes” em suas instalações, como painéis solares, reciclagem, eficiência energética. Embora importantes, as ações de infraestrutura não bastam. A contribuição mais profunda da academia está no centro de sua missão: formar pessoas e produzir conhecimento. Isso implica levar a variável climática para dentro da sala de aula, dos currículos, das competências profissionais e dos



## Derrotar a impunidade para defender a democracia



» **BIANCA BORGES**  
Presidenta da União  
Nacional dos Estudantes  
(UNE)

sociais e impulsionadas pelo setor cultural e artístico, deixaram um recado inequívoco: o Brasil não aceitará retrocessos. E tivemos a prova de que a democracia não se defende apenas nas instituições, mas na força viva do povo mobilizado.

No processo de redemocratização, quando o povo brasileiro reivindicava a anistia para os perseguidos políticos, acabou-se produzindo uma distorção grave: torturadores foram iguados a torturados; os agentes da repressão, às suas vítimas; os criminosos de Estado, a cidadãos cujo único “crime” foi lutar por liberdade. Essa anistia “ampla” consolidou uma ferida que nunca cicatrizou: a ideia de que, no Brasil, quem atenta contra a ordem democrática encontra sempre refúgio na impunidade. Essa expectativa, ancorada na memória do equívoco histórico de 1979, cometido em nome de uma suposta transição para a democracia, é hoje um dos pilares de sustentação dos que conspiraram contra a Constituição e buscam escapar das consequências de seus atos.

É preciso lembrar, ainda, que não apenas os militares da ditadura foram poupados: todas as quarteladas e tentativas de golpe militar na história do Brasil até agora terminaram em algum tipo de perdão ou esquecimento oficial. Do ponto de vista jurídico, a anistia é um ato político excepcional, que perdoad crimes praticados em determinado contexto histórico. Mas ela não pode ser, novamente, usada para apagar atentados contra a democracia praticados por agentes políticos, pois a sucessão de anistias em nossa história forjou a convicção de que golpistas jamais seriam punidos — convicção que alimentou a audácia dos que planejaram o 8 de Janeiro.

O que está em jogo, portanto, não é apenas um debate interno. Há hoje uma articulação internacional lesa-pátria em curso que busca chancelar a impunidade de Bolsonaro. Lideranças da extrema-direita global, como Donald Trump, pressionam e tentam impor tarifas e chantagens econômicas contra o Brasil para que seu aliado não seja punido. É a mesma lógica colonial que tenta subjugar nossa soberania nacional às conveniências de interesses externos. Denunciar essa ofensiva imperialista é parte inseparável da luta contra a anistia.

Ao defenderem, agora, a anistia de Bolsonaro e de seus cúmplices, setores da sociedade tentam reeditar esse mesmo erro, utilizando o precedente da ditadura como alicerce para justificar o injustificável.

A história ensina: quando o passado não é lembrado, ele retorna como ameaça. A anistia de ontem não fortaleceu a democracia: manteve a ferida aberta. Hoje, cabe à nossa geração escrever um novo capítulo que não repita a caligrafia da impunidade.

Se o 21 de setembro demonstrou que não aceitaremos retrocessos, cabe agora canalizar essa mobilização à reivindicação por conquistas concretas que melhorem a vida do povo, como a justiça tributária, o trabalho digno, a ampliação de direitos, ao mesmo tempo em que defendemos nossa soberania diante de qualquer ameaça imperialista.

Dizer não à anistia é afirmar que a liberdade não se negocia, que a memória não se apaga e que a justiça não pode ser confundida com esquecimento. É nesse rigor que escreveremos a sua defesa.

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Transformação da Terra

Aqueles que se dedicam a pensar o destino humano — filósofos, cientistas, economistas, historiadores — divergem em detalhes, mas convergem em uma certeza incômoda: o mundo que emergiu depois da pandemia não é o mesmo que tínhamos antes, e tampouco poderá sê-lo. O caos, que muitos receiam e outros tantos veneram como estágio necessário antes da ordem, passou a ser não apenas uma metáfora, mas uma realidade cotidiana, vivida em ruas vazias, economias paralisadas, consciências abaladas e instituições enfraquecidas.

Para os pessimistas, a pandemia apenas acelerou o fim de um ciclo já em decomposição. Para os mais realistas, o século 21 começou de fato em 11 de setembro de 2001, com a queda das Torres Gêmeas, e, desde então, não fez senão aprofundar crises sucessivas, econômicas, ambientais, políticas, sanitárias e, agora, uma crise mundial que revela o esgotamento de um modelo civilizatório. O vírus, microscópico e invisível, foi capaz de paralisar o abstrato e gigantesco edifício global.

Onde antes se falava em crescimento incessante, agora pairam palavras como recessão prolongada, colapso estrutural e deflação. O próprio planeta, em estado avançado de deterioração ambiental, parece rumo a uma transformação de hábitos que não nasce da virtude, mas da urgência: reduzir consumo, reaproveitar recursos, reciclar práticas, retomar ao comunitário, desarmar, amar.

Não é raro ouvir de alguns analistas que estamos diante do prelúdio do fim do capitalismo tradicional. No lugar de sua velha engrenagem movida pela acumulação e pela desigualdade, surgiria uma ordem ainda incerta, talvez marcada pela autoprodução, pela frugalidade, pelo compartilhamento. Alguns chegam a cogitar a volta às pequenas comunidades, à vida menos urbana e mais próxima da terra, como se o próprio ritmo acelerado das metrópoles já não pudesse sustentar-se. Não se trata, como alertam, de previsões místicas feitas em bolas de cristal, mas da constatação de que os sistemas que nos mantinham coesos, Estado, política, economia, não oferecem garantias.

A filosofia, como de hábito, não se furtou ao desafio de nomear o abismo. Franco Berardi, pensador italiano que há tempos reflete sobre os limites da modernidade, descreveu o fenômeno como uma “epidemia de solidão”. Para ele, a quarentena e o isolamento produziram não apenas uma interrupção material da vida social, mas também uma fixação psicótica coletiva, na qual o inconsciente de milhões foi capturado abruptamente.

Nesse cenário, a política perde ainda mais o pouco de prestígio que lhe restava: o Estado não aparece mais como guardião da vontade coletiva, mas como administrador, operador financeiro e agente de repressão aos movimentos sociais. A democracia, palavra tantas vezes evocada, parece ter sido absorvida por um mecanismo automático de controles digitais, senhas, algoritmos e vigilância.

Eis, então, um paradoxo de nosso tempo: o inimigo da liberdade não é mais o tirano de carne e osso, que se podia nomear e enfrentar, mas, sim, os vínculos matemáticos da finança e os tentáculos invisíveis da conexão obrigatória. Os novos grilhões não tilintam como correntes de ferro, mas se impõem como cálculos e códigos, frios e inescapáveis. A liberdade, tal como sonhávamos, talvez tenha morrido em silêncio. No seu lugar, resta apenas a busca por igualdade, um mínimo de humanidade entre humanos.

O que torna a situação ainda mais grave é que a esperança no futuro, essa energia que sempre moveu civilizações mesmo nos períodos mais sombrios, foi atingida em cheio. O vírus transformou-se numa doença psicológica, corroendo expectativas, impondo uma sensibilização fóbica, como a definiu Berardi. Nem mesmo a vacina, celebrada como saída redentora, parece ter encerrado de todo o capítulo, já que seus efeitos não tocam as consequências econômicas, sociais e subjetivas. Diante disso, a política, impotente, torna-se apenas um jogo de raivas e ressentimentos, incapaz de oferecer respostas consistentes.

No entanto, o filósofo lembra que o imprevisível pode, sim, alterar o inevitável. Se há uma saída, ela não virá de planos grandiosos, mas da imaginação coletiva, da invenção de novas formas de vida baseadas não em acumulação, mas em sobrevivência.

O retrato do mundo pós-pandemia é, portanto, um retrato de transição. Vive-se um tempo em que o chão parece se desfazer sob os pés, em que as elites políticas mostram sua impotência, em que a economia revela seus limites, em que a solidão se impõe como experiência universal. Se há uma certeza é que o Velho Mundo não pode retornar. Resta-nos, com mais ou menos fé, esperar que o novo, ainda que nasça do caos, seja menos desumano do que aquilo que deixamos para trás.

### » A frase que foi pronunciada

“Não existe algo como as Nações Unidas”

John Bolton

### Absurdo

» Vaga do idoso se transformou em local para colocação de container. Pelo menos o fato aconteceu na 508 Sul, perto do Big Box. A foto está no blog do Ari Cunha.

### Insalubre

» Falta conservação no estacionamento da 214 Norte. O local mais parece uma possibilidade de machucados. Veja no blog do Ari Cunha a foto do escorregador, que era o preferido da garotada.

### » História de Brasília

A Polícia inaugurou as lanchas no Lago. Excelente ideia de policiamento lacustre, para socorrer e ajudar as lanchas particulares que sofrem danos em funcionamento.

(Publicada em 10/5/1962)